

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

STATUS, COR E DESIGUALDADES SÓCIO-ESPACIAIS NA METRÓPOLE DO RIO DE JANEIRO

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (IPPUR/UFRJ)

**VII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL**

Belém 21 a 25 de maio de 2007

SESSÃO TEMÁTICA FORMA E DINÂMICA INTRA-URBANA

Status, Cor e Desigualdades Sócio-Espaciais na metrópole do Rio de Janeiro.

1. Introdução

O trabalho tem como objetivo avaliar a relação entre *status* social e a cor na explicação da segregação residencial e nas desigualdades sociais na região metropolitana do Rio de Janeiro. O objetivo geral é responder a seguinte questão: em que medida as desigualdades sociais verificadas entre os segmentos brancos e “negros”¹ no espaço metropolitano decorrem das diferenças das condições sociais entre os “bairros”² ou das desigualdades “raciais” já descritas por outros pesquisadores.

De maneira mais precisa, o nosso interesse é saber se uma pessoa de cor “negra” desfruta da condição social em termos de oportunidades e de acesso a certos elementos de bem-estar social independente de estar vivendo em um espaço de maior ou menor *status* social, ou ao contrário, o *status* social do espaço residencial é o filtro pelo qual as oportunidades e o bem-estar social urbano são distribuídos desigualmente entre os grupos de cor.

2. Posicionamento do problema: segregação e desigualdades

A questão é pertinente em função da literatura recente dedicada à análise dos impactos das transformações econômicas nas grandes cidades destacar crescentemente o papel da segregação residencial na explicação das desigualdades de oportunidades, resultantes da combinação dos efeitos (i) da segmentação do mercado de trabalho; (ii) da re-estruturação do sistema de bem-estar social, por sua vez resultante da combinação das tendências à mercantilização da reprodução social e da retração e segmentação social do sistema público de consumo; (iii) da fragilização e precarização das estruturas sociais no plano da família e da comunidade (bairro) em suas capacidades de gerar ações solidárias de mobilização de recursos para a auto-reprodução e utilização das oportunidades geradas pelas macro-estruturas sociais; (iv) e, finalmente, a adoção pelos segmentos vulnerabilizados por estas tendências de atitudes e comportamentos que aprofundam o isolamento sócio-cultural, com particular incidência sobre os jovens.

A segmentação do mercado de trabalho tem gerado quatro importantes impactos que transformam a dinâmica sócio-territorial das grandes cidades: (i) a experiência da mobilidade social ascendente que marcou o período anterior de expansão econômica, ainda de curta

¹ Reunião das categorias estatísticas pretos e pardas utilizadas pelo IBGE

² Não exatamente bairros, já que estamos trabalhando com das Áreas de Expansão da Amostra- AED's criadas pelo IBGE

distância, é substituída pela a da imobilidade e da mobilidade descendente, diluindo as expectativas de integração social via o trabalho formadas no período anterior; (ii) a fragilização (ou diluição) do processo de socialização via a experiência social do trabalho assalariado responsável pela incorporação de valores de integração social e, conseqüentemente, diluição do trabalho como eixo da identidade; (iii) o estreitamento dos laços de sociabilidade pela perda de contatos sistemáticos no mundo do trabalho; e, finalmente, (iv) este conjunto de transformações tem gerado o encurtamento dos horizontes de tempo e de espaço em decorrência da regressão da divisão social do trabalho.

Já a re-estruturação do sistema de Bem-Estar Social tem produzido transformações distintas em função de como em cada país estabeleceu-se na fase anterior a combinação entre mercado, Estado e comunidade na constituição de instituições de regulação da reprodução social. No Brasil, tivemos um sistema no qual o mercado e a comunidade tiveram historicamente papel relevante na reprodução social, como conseqüência de um sistema público que não universalizou os direitos sociais e segmentou o atendimento, tanto na qualidade dos serviços como também nos procedimentos de acesso. Por exemplo, a educação pública se segmentou socialmente entre ensino elementar e médio e o ensino universitário, os primeiros para as camadas populares e o segundo para as elites. O mesmo podemos observar no tocante ao sistema de saúde. De maneira geral, o sentido do público está associado ao popular. A exceção notável foi o sistema de saneamento básico e a infra-estrutura viária das cidades. Outro lado da segmentação do sistema público de bem-estar social tem a ver com o que Santos (1993: 77) chamou de *hibridismo institucional* - o universalismo de procedimento e o clientelismo – correspondendo à segmentação das formas de acesso aos direitos sociais.

Os serviços públicos não têm sido no Brasil o campo de experimentação da sociabilidade interclasses sociais necessária à consolidação do sentido social de igualdade e de cidadania. Nos últimos anos vem ocorrendo movimentos contraditórios: (i) universalização dos direitos sociais no campo popular (por exemplo, a extensão do sistema previdenciário ao campo, o SUS, o Metro, expansão do serviço de saneamento básico, telefonia, etc.), e ao mesmo tempo, o surgimento do (ii) *clientelismo privado*³, (iii) da segmentação da qualidade de alguns serviços públicos, (iv) da

³ Trata-se do clientelismo político transformado em assistencialismo realizado diretamente pelos políticos locais, na forma da criação com recursos públicos de instituições filantrópicas. Este *clientelismo privado* baseia-se no mesmo princípio da intermediação do acesso aos direitos sociais, instrumento da constituição de clientelas políticas. Mas, o fato do atendimento do serviço ser realizado por instituições privadas de assistencialismo, reforça o sentido de

expansão das formas privadas e segmentadas de serviços públicos (por exemplo, a medicina fundada nas empresas de planos de saúde, privatização dos serviços de telefonia e eletricidade domiciliar).

A fragilização da estrutura social tem ocorrido pelas tendências ao isolamento sócio-territorial-cultural dos bairros que concentram os trabalhadores que mantêm laços frágeis com o mercado de trabalho, gerando as seguintes tendências:

(i) diminuição das possibilidades de estabelecer laços com pessoas de outras categorias sociais, privando aqueles que são isolados do acesso a ativos diferentes dos que circulam normalmente em seu entorno urbano; (ii) separação da exposição ao modelo de papel social exitoso, já que os pobres vivendo somente entre eles passam a perder referências sobre as possibilidades de mobilidade social; (iii) estreitamento do conjunto dos problemas cujas experiências e soluções podem ser compartilhados com outras classes; (iv) na busca de soluções ocorre a perda de apoio daqueles que têm voz na sociedade. Este fenômeno tem sido denominado como *efeito de vizinhança* (Katzman, 2001), *efeito território* (Bidou-Zachariasen, 1996) ou *efeito do lugar* (Bourdieu, 1997).

3. Posicionamento do problema: cor e desigualdade no Brasil

Por outro lado, sabemos que na sociedade brasileira os segmentos “negros” têm historicamente uma situação de desvantagem na distribuição das oportunidades, prestígio social e no acesso ao bem-estar social. Nos últimos 25 anos, observa-se uma significativa mudança nos paradigmas com os quais vem sendo discutida a “questão racial brasileira”. Com efeito, nos anos 30, Oliveira Vianna e Gilberto Freire sustentavam haver uma ‘democracia racial’ no Brasil como fruto da miscigenação cultural entre brancos, “negros” e indígenas. Esta miscigenação teria sido possível em razão da natureza inclusivista da colonização portuguesa. Por esta linha de interpretação, nunca teria havido no Brasil preconceito racial. Entre os anos 30 e 50 pesquisadores brasileiros e estrangeiros - Donald Pierson, Roger Batisde, Charles Wagley, Costa Pinto (1953) - desenvolveram outra interpretação das razões da democracia racial no Brasil. O ponto de partida deste pioneiro trabalho era

“favor”, aprofunda a dependência pessoal do cliente e bloqueia a constituição de uma consciência dos direitos na medida em que os serviços deixam de estar associados a uma função pública.

investigar e explicar as causas da então admitida ‘democracia racial’ no Brasil, com o objetivo de ajudar no esforço internacional de combater o racismo.

Nos anos 50 e 60, época do crescimento industrial e da urbanização, os trabalhos de Otávio Ianni, F. H. Cardoso, orientados por Florestan Fernandes, construíram outra explicação sobre os padrões de integração social dos “negros” na emergente sociedade de classes. O racismo é visto como o fato intrínseco à sociedade escravocrata que sobrevive na sociedade urbana-industrial como um anacronismo, um hiato cultural.

Nos anos 70 e início dos 80 surge uma nova linha, a partir dos trabalhos empíricos de Hasenbalg (1979) e Valle e Silva (1978). Suas pesquisas se esforçam por mostrar e explicar a persistência e coexistência do racismo e modernização da sociedade industrial brasileira. Para eles o preconceito e a discriminação raciais, contrariamente à tese de F. Fernandes, adquirem outros significados e funções na estrutura social que emerge após a abolição. O racismo e a discriminação relacionam-se com os benefícios simbólicos e materiais obtidos pelos brancos, benefícios estes sustentados pela desqualificação dos seus competidores não-brancos. Portanto, deixa de ter importância na explicação das desigualdades raciais o “legado escravista” proposto por F. Fernandes e seus seguidores.

Os autores desta terceira linha chamam a atenção para dois mecanismos pelos quais se realizam as desigualdades raciais no Brasil: a segregação geográfica dos não-brancos, pelo qual se pôde manter os “negros” concentrados em regiões predominantemente agrárias e com baixo padrão de desenvolvimento, portanto, em situação social na qual há menores oportunidades educacionais e econômicas. O outro mecanismo seria a combinação de “violência simbólica” e práticas discriminatórias sobre os “negros” como fator de regulação das próprias aspirações “de acordo com o que é culturalmente imposto”, fazendo com o negro ocupe o lugar social apropriado para pessoas de cor. Esta segregação social seria internalizada pelos não-brancos como uma auto-imagem desfavorável.

São, portanto, dois mecanismos: a segregação espacial e a auto-regulação das aspirações.

Os trabalhos recentes de Guimarães (1999) propõem a hipótese de que no Brasil haveria *racismo, sem racialismo*, isto é, a existência na sociedade brasileira de uma atitude moral difundida de tratar de modo diferente membros de diferentes raças (preconceito) e uma posição estrutural de desigualdades sociais entre as raças (discriminação). Apoiando-se nos estudos empíricos contemporâneos e sobre as relações raciais no Brasil iniciados no final da década de

70, Guimarães (1999:201) defende a existência no Brasil de um racismo na medida em que “indivíduos de raça ou cor diferentes não têm as mesmas oportunidades de vida e não competem, em pé de igualdade, pelos mesmos recursos sociais, culturais e econômicos”. Tal situação de desigualdade racial não resulta apenas das atitudes preconceituosas presentes nas relações sociais entre brancos e “negros”, mas de 3 mecanismos sociais historicamente constituídos. A socialização realizada no plano da escola e da comunidade (relações de vizinhança) faz das pessoas portadoras de determinadas características somáticas ou culturais consideradas socialmente desvalorizadas e transforma estes valores em atributos individuais, o que cria e mantém um grande contingente com baixa auto-estima. O segundo mecanismo atua pela via das práticas discriminatórias que ocorrem na vida cotidiana. O terceiro mecanismo seria o relativo às práticas discriminatórias institucionalizadas, portanto que funcionam de maneira impessoal, baseadas em ações burocratizadas que ocorrem no mercado, como os preços das mercadorias e dos serviços, as qualificações formais ou tácitas exigidas, qualidades pessoais, diplomas, aparência, etc.

Podemos incluir como variante do terceiro mecanismo sugerido por Guimarães certas práticas jurídico-administrativas que legitimam e, portanto, matém e reproduzem as características somáticas e culturais. Por exemplo, o tratamento diferenciado dada pelos aparelhos administrativos da “população favelada” e/ou dos moradores da periferia. O discurso que pratica o reconhecimento de uma população da favela como diferenciada. O não reconhecimento do problema da não-propriedade da terra. Ler o trabalho sobre as favelas.

Aqui passamos para a questão da cidade. Como as relações sociais ocorrem no território e a sua gestão pública estão atravessadas por práticas discriminatórias? É o tema da segregação.

Recentemente Telles (2003) retoma a tese da existência de um *racismo á brasileira*, reforçando a hipótese do *racismo sem racialismo* e amplia seus estudos anteriores (1993; 1993) sobre a existência ou não do fenômeno da segregação racial na cidade brasileira o argumento anterior. Utilizando as técnicas dos índices de segregação difundidos desde os trabalhos seminais de Duncan e Duncan, compara os padrões de distribuição territorial entre “negros” e brancos nas metrópoles brasileiras e americanas, concluindo entre nós vigorar uma “segregação moderada” (p.180). Telles quantifica a distância entre brancos, pardos e “negros” dos segmentos sociais de renda elevada (acima de US\$ 1.500,00 por mês), segundo 6 estratos de renda. Conclui que quanto mais elevada a posição na estratificação por renda, menor é esta distância para todos os grupos de

cor. Constata, contudo, que as distâncias são menores para o segmento branco nos estratos de menor renda e, ao contrário, maior no de renda mais elevada, sendo que os índices de distanciamento são significativamente superiores para os pretos. Por outras palavras, o seu trabalho conclui que as distâncias sociais entre a “*classe média*” o restante dos estratos sociais segundo os grupos de cor diminui na medida em que aumenta a renda, mas em gradação diferente segundo se trate de brancos, pardos e pretos. Os “negros” tendem, portanto, a estarem isolados dos “brancos” afluentes da sociedade, fato do qual Telles retira algumas conclusões sobre os possíveis impactos deste fato sócio-territorial em termos de “menor acesso a recursos tais como profissionais modelares, melhores redes de trabalho, uma infra-estrutura urbana melhor, o que por sua vez, geraria capital social e melhor qualidade de vida. Os não-brancos e especialmente os pretos são mais propensos a ter piores chances de vida simplesmente por ficarem mais distantes da classe média e viverem em concentrações de pobreza”. (p. 180)

A partir destas hipóteses, propomo-nos à avaliar a relação constatada na metrópole do Rio de Janeiro entre a distribuição espacial dos estratos sociais por renda e escolaridade, os grupos de cor e as desigualdades sociais. Esta empreitada torna-se mais interessante se levarmos em consideração o fato da morfologia social da cidade pólo conter característica ímpar pela presença das favelas nas áreas nas quais se concentram os segmentos que ocupam as posições superiores da estrutura social.

4. Metodologia

A base de informações do nosso trabalho será o censo de 2000. Na identificação da divisão social do espaço fizemos uma classificação dos espaços da RMRJ segundo as diferenças de perfil de renda e educacional da população moradora das AED's⁴. Utilizamos, para tanto, as técnicas da análise fatorial e da classificação hierárquica usando como variável classificadora as coordenadas dos dois primeiros fatores.

Para evidenciar mais claramente os resultados, apresentamos neste artigo a representação hierarquia sócio-espacial da metrópole obtida pelo procedimento descrito em apenas três posições de alto, médio e baixo *status*. Para cada posição, evidenciamos a situação social dos segmentos

⁴ Área de Expansão da Amostra Domiciliar. .

brancos, pretos e pardos com a finalidade de examinar as possíveis diferenças entre eles no que diz respeito a dois tipos de desigualdades:

1.1.1. de oportunidades distribuídas (ou à disposição) através da utilização de indicadores da situação de risco dos jovens e das crianças de reproduzirem a situação de pobreza dos pais pela via educacional e do trabalho; atraso e evasão escolar e desocupação;

1.1.2. em termos de bem-estar foram avaliadas pelas diferenças das condições habitacionais.

5. Resultados

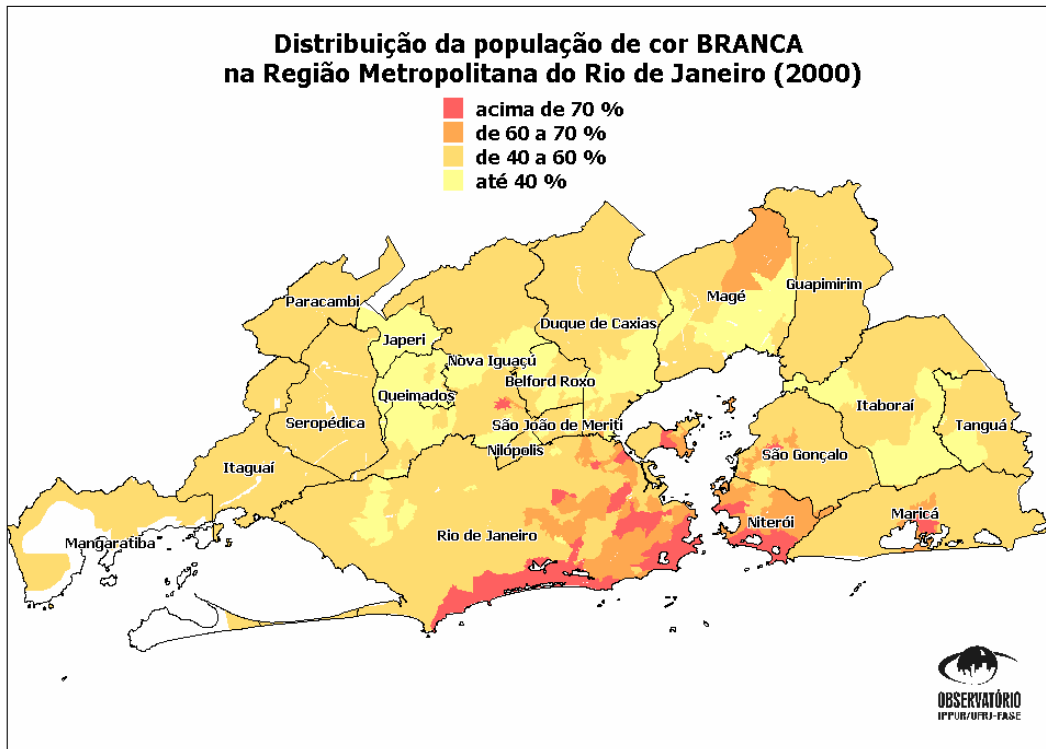
A população da metrópole fluminense se auto-representa como majoritariamente branca e minoritariamente como preta, como mostra a tabela I.

Tabela I – Composição por Cor da População - RMRJ

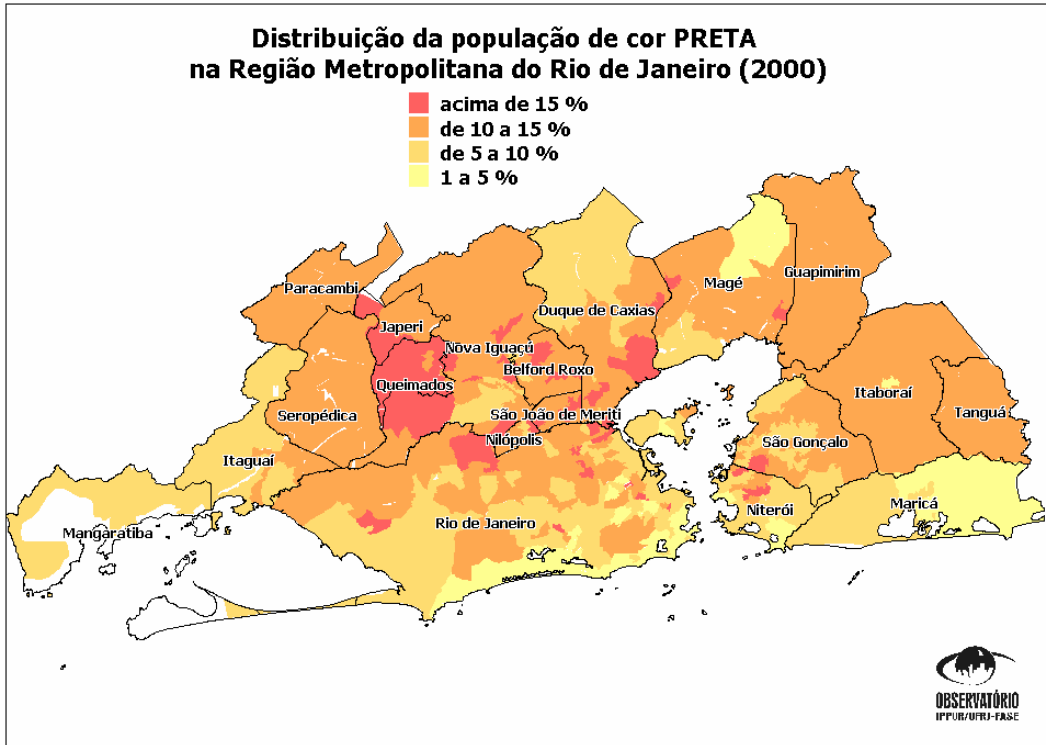
Cor	Total
Branca	53,07%
Parda	35,17%
Preta	10,49%
Outros	0,46%
Ignorado	0,80%
Total	100 %

Fonte: Censo 2000, FIBGE.

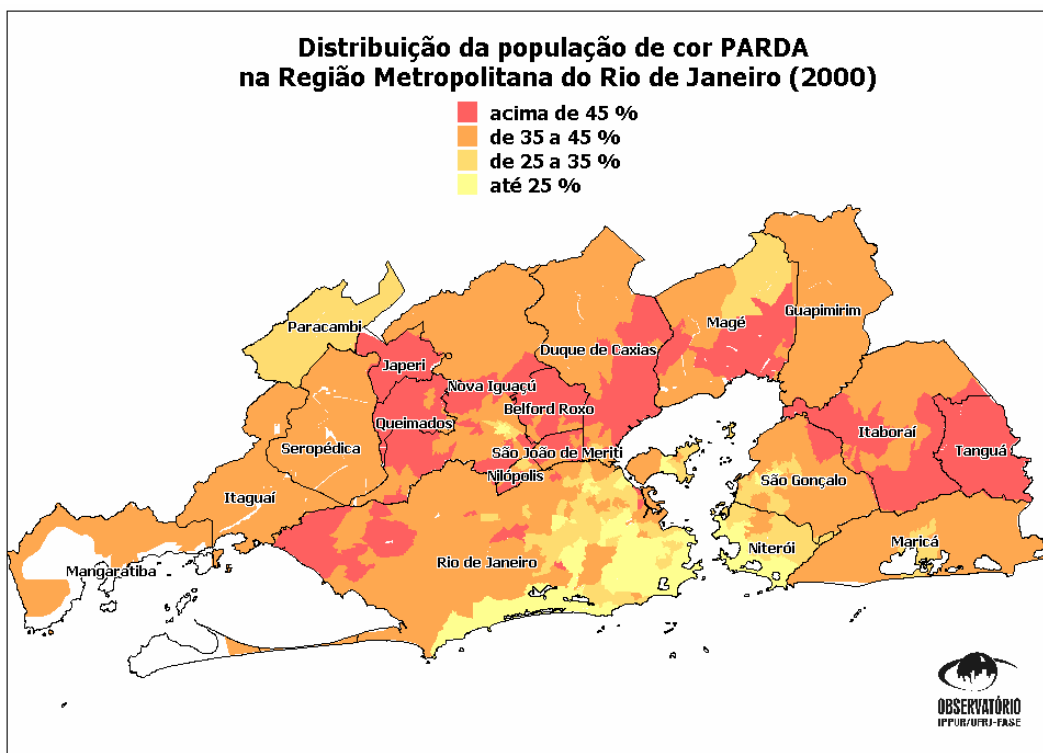
Como se distribuiu espacialmente esta composição na região metropolitana?



Fonte: Observatório das Metrópoles, IPPUR/UFRJ-FASE, 2005. Equipe Metrodata: Paulo Renato Azevedo, Peterson Leal, Ricardo Sierpe.



Fonte: Observatório das Metrópoles, IPPUR/UFRJ-FASE, 2005. Equipe Metrodata: Paulo Renato Azevedo, Peterson Leal, Ricardo Sierpe.



Fonte: Observatório das Metrôpoles, IPPUR/UFRJ-FASE, 2005. Equipe Metrodata: Paulo Renato Azevedo, Peterson Leal, Ricardo Sierpe.

Qual a relação entre posição na hierarquia sócio-espacial da metrópole e a cor?

Tabela II - Composição por Cor da Hierarquia Sócio-Espacial

	Status Social dos Espaços			Total
	Alto	Médio	Baixo	
Branços	68,7%	48,2%	42,0%	53,8%
Pretos	7,6%	12,0%	12,8%	10,6%
Pardos	23,8%	39,8%	45,2%	35,6%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Censo 2000, FIBGE

Como esperado, a tabela II indica que hierarquia sócio-espacial apresenta significativas diferenças entre as duas posições polares. Nos espaços de maior *status*, um pouco mais de um terço da população é branca. Observa-se forte concentração da população branca nas posições de alto e médio *status* (77%). A presença dos segmentos pretos e pardos na posição de alto *status* é bem inferior às verificadas nas outras.

Tabela III - Distribuição da População por Cor na Hierarquia Sócio-Espacial

	Status Social dos Espaços			Total
	Alto	Médio	Baixo	
Branços	45,9%	31,2%	22,9%	100%
Pretos	25,6%	39,2%	35,2%	100%
Pardos	24,0%	38,9%	37,1%	100%
Média	36,0%	34,8%	29,2%	100%

Fonte: Censo 2000, FIBGE

Para avaliarmos a relação entre o *status* sócio-espacial e a composição por cor da população é necessário analisar cada posição em relação ao perfil do conjunto metropolitano. Cruzando as duas tabelas mostradas anteriormente, podemos ter uma idéia do grau de concentração dos segmentos de cor. Verificamos que o branco tende a ter uma relativa concentração nos espaços de alto *status* social, enquanto que os pardos e pretos estão aí sub-representados. Com efeito, o tamanho relativo da população branca nestes espaços é quase 1,3 maior do que seu peso no conjunto da metrópole, enquanto os pardos e pretos cerca de 0,3 menor. Chama a atenção o fato dos pretos terem um índice de concentração levemente superior que os pardos nos espaços de alto *status*.

Tabela IV – Densidade Relativa da Distribuição da População por Cor na Hierarquia Sócio-Espacial

	Status Social dos Espaços			Total
	Alto	Médio	Baixo	
Branços	1,28	0,90	0,78	1,00
Pretos	0,71	1,13	1,20	1,00
Pardos	0,67	1,12	1,27	1,00
Total	1,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: Censo 2000, FIBGE

Tal fato pode estar correlacionado com a presença das favelas nas áreas mais centrais da metrópole, em especial nas zonas sul e norte da cidade do Rio de Janeiro, o que implicaria na proximidade territorial concomitantemente com o seu distanciamento social.

Tabela V - Distribuição dos Segmentos de Cor na Hierarquia Sócio-Espacial, segundo as *Favelas* (*) e os *Bairros* ()**

Status Social dos Espaços

	Cor	Baixo	Médio	Alto	Total
Favela	Branco	33,0%	40,1%	27,0%	100,0%
	Preto	27,3%	38,8%	33,9%	100,0%
	Pardo	32,2%	39,6%	28,1%	100,0%
	Total	31,8%	39,7%	28,5%	100,0%
Bairro	Branco	21,9%	30,4%	47,7%	100,0%
	Preto	36,7%	39,3%	24,1%	100,0%
	Pardo	37,9%	38,8%	23,3%	100,0%
	Total	28,9%	34,2%	36,9%	100,0%
Total	Branco	12,1%	34,8%	35,9%	100,0%
	Preto	35,2%	39,2%	25,6%	100,0%
	Pardo	37,1%	38,9%	24,0%	100,0%
	Total	19,9%	36,1%	32,3%	100,0%

(*) Conjunto de AED's que agrupam os Setores Censitários Subnormais

(**) Conjunto de AED's que agrupam os Setores Censitários Normais

Tabela VI - Distribuição dos Segmentos de Cor pelas Favelas (*) e Bairro ()
segundo a Hierarquia Sócio-Espacial**

Status Social dos Espaços

	Cor	Baixo	Médio	Alto	Total
Favela	Branco	41,6%	40,5%	37,9%	40,1%
	Preto	12,6%	14,3%	17,4%	14,6%
	Pardo	44,3%	43,5%	43,1%	43,6%
	Outros	1,5%	1,7%	1,6%	1,6%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Bairro	Branco	41,4%	48,7%	70,8%	54,7%
	Preto	12,6%	11,4%	6,5%	10,0%
	Pardo	44,6%	38,7%	21,5%	34,1%
	Outros	1,4%	1,2%	1,2%	1,2%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Total	Branco	41,4%	65,6%	75,7%	68,1%
	Preto	12,6%	7,8%	5,7%	7,1%
	Pardo	44,6%	25,8%	17,8%	23,9%
	Outros	1,4%	0,8%	0,9%	0,9%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

(*) Conjunto de AED's que agrupam os Setores Censitários Subnormais

(**) Conjunto de AED's que agrupam os Setores Censitários Normais

A primeira constatação é de que os segmentos pretos e pardos são cerca de 31% da população residente nos espaços superiores, mas nas favelas eles são 65%, fato que indica o grau de concentração destes segmentos nesta forma de moradia. Por outro lado, a composição por cor

dos espaços inferiores não se diferencia quando comparamos as *favelas* e os *bairros*. Em contraposição, nos espaços de alto status há clara diferença entre as composições por cor das *favelas* e dos *bairros*, ao mesmo tempo em que estas *favelas* têm composição por cor ligeiramente diferenciada dos espaços inferiores da hierarquia.

Podemos dizer que há uma proximidade social entre os espaços inferiores e as *favelas*.

Mas, se as *favelas* localizadas nos espaços superiores se distanciam fortemente do *bairro* em termo de composição por cor, impressiona o fato de que 62% dos pretos e pardos moradores nestes espaços estejam fora da favela, como indicado a tabela VII. Por outras palavras, estes números estão indicando o lugar os “*negros*” (junção dos pretos e dos pardos) nos espaços superiores não é a *favela*. Parte da explicação deste fato poderia estar relacionada com o fato dos prestadores de serviços pessoais e domésticos, ocupações com forte presença de pretos e pardos, residirem nos edifícios (porteiros, serventes, etc.) e nos apartamentos habitados pelos brancos.

Tabela VII - % da População por Cor Residente em Favela (*), segundo a Hierarquia Sócio-Espacial

	Status Social das Áreas			Total
	Alta	Médio	Baixo	
Branco	5,1%	11,1%	11,1%	8,6%
Preto	21,1%	15,8%	15,8%	16,0%
Pardo	16,6%	14,4%	14,4%	14,2%

Fonte: Censo 2000, FIBGE (*) Aglomerado subnormal

Não podemos, portanto, constatar a existência de sinais da “*racialização*” da hierarquia sócio-espacial. De certa forma, podemos dizer que a distribuição dos segmentos de cor pela hierarquia sócio-espacial da metrópole do Rio de Janeiro se dá de acordo com os princípios que já constatamos em outros trabalhos, ou seja, que se trata mais de um fenômeno de concentração territorial dos brancos de maior *status social*, portanto, maior prestígio e poder social, do que de um afastamento compulsório dos “*negros*” e dos brancos de baixo *status*. Mas, se “*negros*” e brancos não estão separados no espaço, podemos dizer que há um relativo “*embranquecimento*” das posições de *status* superiores.

Podemos formular, então, algumas indagações a respeito da importância desta proximidade territorial para as “relações interraciais”⁵. Por exemplo, tal proximidade facilita a sociabilidade entre os grupos de cor na direção de maior interação e mesmo miscigenação, agindo, portanto como fator que impede ou dificulta atitudes discriminatórias? Ou, ao contrário, em que medida esta proximidade bloqueia a adoção pelos “negros” de uma consciência mais clara da sua condição de grupo social em desvantagem e, portanto, com maior capacidade de lutar pela igualdade racial? Não temos condições neste texto de responder a estas questões. Mas, com os dados que dispomos, podemos investigar se esta proximidade territorial gera alguma vantagem para os grupos de pardos e pardos, já que a localização na cidade está associada ao controle de recursos de aumentam ou diminuem o bem-estar social e as oportunidades.

Procuramos responde a esta pergunta analisando as desigualdades entre brancos e os “negros” (pretos e pardos) no que concerne às condições habitacionais que determinam o nível do bem-estar social urbano e às oportunidades de inserção na sociedade. No primeiro aspecto, as desigualdades resultam da ação do Estado na distribuição dos serviços coletivos que complementam a função da reprodução social da moradia e das condições de mercado imobiliário residencial que distribuem pelo filtro dos preços as pessoas no território e regula o acesso às condições de conforto.

Para avaliação da relação entre segregação e desigualdades de oportunidades centramos nossa atenção na análise da situação de trabalho dos adultos integrantes da PEA, da escolaridade das crianças de 8 a 15 anos e de trabalho e escolaridade dos jovens dos jovens homens de 14 a 24 anos e maternidade de jovens de 14 a 19 anos sem cônjuge situação que pode bloquear a escolaridade e a experiência de trabalho. Centrar a nossa atenção nestes segmentos pode revelar ou não indícios de reprodução da pobreza urbana uma vez que o mercado de trabalho e a escola são mecanismos de acesso das oportunidades que condicionam a trajetória social dos adultos do presente e do futuro.

Tabela VII - Desigualdades Habitacionais e Hierarquia Sócio-Espacial - RMRJ

⁵ Termo utilizado pelos estudiosos do assunto.

Indicadores de Desigualdades	Segmentos de População	Hierarquia Sócio-Espacial			
		Alta	Média	Baixa	Média RM
Adensamento Habitacional Excessivo (*)	Total	8,8%	18,0%	23,7%	17,0%
	Branco	6,3%	14,9%	20,1%	13,9%
	Negro	13,8%	20,9%	26,1%	20,4%
Carência de Instalação Sanitária	Total	2,9%	8,7%	22,1%	11,3%
	Branco	2,1%	7,3%	20,0%	9,8%
	Negro	4,6%	10,0%	23,6%	12,8%

Fonte: Censo 2000, FIBGE (*) Mais que duas pessoas por dormitório.

No que concerne aos serviços de saneamento, constatamos que as desigualdades são marcadamente cortadas pela hierarquia sócio-espacial, embora possamos identificar que os “negros” moradores dos espaços de alto *status* apresentam o dobro da taxa de carência que os brancos, mas apenas 1/5 da verificada entre os “negros” moradores em espaços de baixo *status*. Já os “negros” e brancos habitantes nestes espaços apresentam taxas de carência muito próximas e extraordinariamente mais elevadas que às constatadas nos espaços superiores, inclusive bem maiores do que a média da metrópole. O Estado parece “discriminar” pelo local de residência e não pela cor, gerando ou tolerando extremas desigualdades em termos de acesso ao bem-estar social urbano fundamental para a reprodução social no meio urbano. Podemos exercitar duas reflexões explicativas sobre a maior vantagem dos “negros” moradores nos espaços de alto *status*: a primeira decorreria do saneamento de tratar-se de um serviço coletivo distribuído e acessado via o território, fazendo com que a proximidade habitacional acabe beneficiando indistintamente a brancos e “negros”; na segunda explicação, esta vantagem resultaria dos investimentos realizados nos últimos 20 anos nas favelas da cidade do Rio de Janeiro, acompanhado do relativo abandono das periferias metropolitanas, onde está localizada grande parte dos espaços de baixo *status*.

O exame do indicador de conforto habitacional leva-nos na mesma direção. Na ponta superior da hierarquia sócio-espacial há nítidas desigualdades, pois o percentual dos “negros” que vivem em condições habitacionais de alto adensamento é o dobro do verificado para os brancos. Mas, ao mesmo tempo, podemos dizer que condições de moradia pioram igualmente para “negros” e brancos na medida em que descemos na escala da hierarquia, sendo que a diferença nos espaços de baixo *status* é mais ou menos a mesma em termos de pontos percentuais. Em termos relativos, os brancos dos espaços de baixo *status* estão em situação pior que os “negros”

nos espaços de alto *status*. Parece ser correto concluir que também neste aspecto, o local de residência é mais determinante do bem-estar social do que a cor das pessoas.

Impõem-se, porém, a constatação que neste caso os “negros” desfrutam piores condições de moradia que os brancos em todas as posições da hierarquia sócio-espacial.

Passemos agora à avaliação das desigualdades de oportunidades. Escolhemos aqui alguns indicadores que poderiam traduzir mecanismos de desigualdades relacionados à localização e às estruturas familiares e de vizinhança. Eles revelam situações em que crianças e jovens podem estar em situação de risco social pela existência de bloqueios no plano da família e do bairro ao aproveitamento de oportunidades de acumulação de recursos que no futuro poderiam levá-los a usufruírem de maior bem-estar social e alcançarem posições sociais mais elevadas da sociedade. Tais oportunidades relacionam-se com o acesso a ativos educativos advindos da escolarização e àqueles resultantes do acúmulo de experiências no mercado de trabalho. Vamos tentar expor melhor estas idéias, apresentando a análise dos indicadores.

Antes de tudo, verificamos serem importantes as diferenças dentre brancos e “negros” no que concerne ao atraso escolar de crianças de 8 a 15 anos de idade. Na média do conjunto metropolitano, a diferença é de 11 pontos percentuais, ordem de grandeza que se mantém em todas as posições da hierarquia sócio-espacial. Olhando por este prisma, as desigualdades entre brancos e “negros” parecem impor-se às desigualdades decorrentes do local de moradia. Quando examinamos, porém, a situação de cada segmento, verificamos que os “negros” moradores dos espaços de alto *status* parecem desfrutar de menores desvantagens no aproveitamento escolar das crianças do que os habitantes dos espaços da ponta inferior. O mesmo acontece com a situação da evasão escolar.

Podemos pensar na hipótese da possibilidade de morar nos espaços de alto *status* aumenta as chances da população “negra” de adquirir no futuro melhores posições sociais, pois são extraordinariamente importantes as diferenças das taxas de atraso escolar e de evasão entre as duas pontas da hierarquia. Mas, podemos também dizer que, no sentido inverso, diminui para os brancos relativamente as chances de aproveitamento da oportunidade escolar o fato de morar em espaços de baixo *status* social, já que as diferenças de percentuais são maiores para este segmento (17 pontos percentuais) do que os “negros” (14,6 pontos percentuais).

A maternidade precoce de adolescente sem cônjuge também implica em diminuição de chances de inserção social na medida em que a jovem é obrigado - em grande parte dos casos -

retirar-se dos estudos e ter limitadas suas possibilidades presentes e futuras de emprego. Mesmo nos casos das famílias que têm condições de amparar e ajudar a filha, a maternidade precoce é uma situação geradora de elevados riscos de reprodução da pobreza. Pesquisas realizadas pela Unesco e pelo Ministério da Saúde indicam que a gravidez precoce de adolescente está relacionada a várias situações de risco. Antes de mais nada, está correlacionada com a terceira causa de mortalidade entre mulheres jovens no Brasil, perdendo apenas para homicídios e acidentes de transporte. Por outro lado, a maternidade precoce é hoje uma das principais causas da evasão escolar, pois também segundo a UNESCO 25% das meninas com idade entre 15 e 17 grávidas deixam de estudar. Segundo dados do Ministério da Saúde, entre 2001 e 2003 nasceram no país 82.834 crianças cujas mães têm entre 10 e 14 anos e hoje existem dois milhões de filhos de jovens com idade entre 15 e 19 anos.⁶ Dados da PNAD ⁷ realizada em 1996 trabalhados por Itaboraí (2003:179) indicam que 22% das jovens mães de 15 a 19 anos tinham somente até 3 anos de escolaridade e 46,7% até 7 anos. Este mesmo estudo mostra não haver grandes diferenças entre as áreas rurais, urbana e metropolitana (15,7%, 13,0% 10,5%, respectivamente. A maternidade precoce está fortemente relacionada aos contextos familiares e sociais nos quais vivem estas jovens, onde agem diversos mecanismos que condicionam o seu comportamento: falta de informação sobre as práticas anticonceptivas, falta de acesso ao sistema de saúde pública, o processo de socialização, exposição ao modelo de papel social, etc. Os dados trabalhados por Itaboraí (1996:179) indicam que 22,5 das mães adolescentes de 15 a 19 anos são socializadas em ambientes bastante pobres, pois 22,5% vivem em domicílios com renda até 2 salários-mínimos e 37,3% até 5 salários-mínimos. Segundo vários estudos antropológicos, podemos interpretar a gravidez precoce como decorrendo também do comportamento das jovens adolescentes moradoras em bairros pobres orientado pela busca de valorização da individualidade, isto é, como propôs Sansone (2003:269), comportamento orientado pelo “culto da dignidade que deriva escolher individualmente o que fazer da própria vida.”

Vemos, logo de início, que a taxa de maternidade nos espaços de baixo *status* é superior à verificada na ponta mais elevada da hierarquia, tanto para o conjunto da população quanto para os segmentos brancos e “negros”. O que chama atenção neste caso é que a localização da residência parece ter pouca importância para as adolescentes da população negra. Já para os

⁶ Ver informação sobre estas pesquisas ainda em curso no jornal O Globo de 7 de março de 2005.

⁷ Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílio, FIBGE.

brancos a taxa duplica. O que podemos supor como hipótese explicativa é que para a situação da maternidade de adolescente sem cônjuge as diferenças contextuais (familiares e sociais) associadas ao local de moradia parecem favorecer mais aos brancos do que aos “negros”. Ou seja, o fato de morar em contextos de baixo *status* social influencia negativamente mais aos brancos.

Tabela VI - Desigualdades de Oportunidades e Hierarquia Sócio-Espacial - RMRJ

Indicadores de Desigualdades	Segmentos de População	Hierarquia Sócio-Espacial			Média RM
		Alto	Médio	Baixo	
Crianças com Atraso Escolar	Total	17,3%	27,7%	36,5%	17,3%
	Branco	13,0%	21,8%	30,7%	13,0%
	Negro	25,8%	32,8%	40,4%	25,8%
Crianças fora da Escola	Total	2,6%	4,8%	7,2%	2,6%
	Branco	1,8%	4,0%	5,9%	1,8%
	Negro	3,7%	5,4%	7,8%	3,7%
Mães Adolescentes Solteiras	Total	4,3%	6,4%	7,2%	4,3%
	Branco	3,0%	4,9%	5,9%	3,0%
	Negro	6,8%	7,7%	7,9%	6,8%
Jovens homens de 14 até 24 anos que não trabalham, não estudam e nem procuram emprego	Total	5,8%	9,1%	7,9%	5,8%
	Branco	5,2%	8,4%	7,4%	5,2%
	Negro	7,1%	9,5%	8,2%	7,1%

Fonte: Censo 2000, FIBGE

O jovem do sexo masculino na condição de não estudar, não trabalhar e nem procurar emprego indica também uma situação de risco nos termos aqui enunciado anteriormente. Tal situação aproxima-se à condição social denominada por Williamson (1997) de *status zero* ou a de *desafiliação institucional*⁸ (Alvarez, 2002), pelo fato deste jovem estar afastado simultaneamente dos dois papéis sociais possíveis desta etapa do ciclo da vida relacionadas às posições de trabalhador e estudante. Com efeito, o fato de não trabalhar, não estudar e nem

⁸ Williamson, H. *Youth and Policy: Contexts and Consequences, Young Men, Transition and Social Exclusion*, Ashgate, Inglaterra, 1997. Apud Saravi, G. “Entre la evasión y la exclusión social: jóvenes que no estudian ni trabajan. Una exploración del caso argentino.”, Nueva Sociedad, número 190, Mar-Abr 2004. É importante considerar os contextos sociais na busca do significado sociológico da condição do jovem que não está nem na escola e no trabalho. Como menciona Saravi (2004), na América Latina o *status zero* tem sido entendido como condição de vulnerabilidade e risco, por representar a possibilidade de diminuição da oportunidade futura de bem-estar social e, crescentemente, de associação a atividades ilícitas. Sobre o conceito de *desafiliação institucional*, ver Alvarez, Maria José- “Asentamientos irregulares em Montivideo: la desafiliación resistida”, Documento de Trabajo, Montivideo, Faculdade de Ciências Sociales- Universidad de la Republica.

procurar emprego pode indicar a exclusão das condições sociais nas quais este jovem adquire ativos importantes para a inclusão em posições sociais futuras, sejam eles decorrentes da escolaridade ou da acumulação da experiência ocupacional. Na situação limite, pode indicar o comportamento não mais orientado - parcial ou integralmente - pela normatividade exigida pela sociedade como exigência moral aos jovens, na forma de valores e aspirações dominantes.

A análise dos dados mostra novamente diferenças importantes entre as duas pontas da hierarquia social, ou seja, os jovens de *status zero* ou de *desafiliação* que vivem em espaços de baixa escolaridade e renda apresentam taxas bem superiores que aqueles que estão em contextos de alta escolaridade e renda. Esta diferença é observável também para o segmento de jovens brancos, o que indica que os contextos sociais podem ter alguma influência na diminuição de suas chances de *desafiliação*. O mesmo não acontece com os jovens “negros”, pois aqueles que estão nos espaços de alta escolaridade e renda têm taxas apenas um pouco inferior àqueles que estão nos espaços de baixo status. Chama a atenção o maior percentual dos jovens “negros” moradores nos espaços médios neste indicador. Provavelmente este fato decorre da maior concentração dos pretos nestes espaços da metrópole, conforme foi mostrado na tabela mostrou a tabela III, pois como já demonstrado em vários trabalhos é o segmento da população que apresenta maior situação de desigualdade social. Para este indicador podemos dizer também que o local de residência tem papel mais relevante no condicionamento de acesso a oportunidades do que cor dos indivíduos, embora esta situação influencie mais aos brancos do que aos “negros”.

6. Conclusões: as cores do espaço ou o espaço das cores?

A motivação principal para a elaboração deste trabalho foi gerar algumas evidências empíricas que nos permitissem refletir sobre a hipótese da “*racialização*” da estrutura sócio-espacial da metrópole do Rio de Janeiro. Procuramos contextualizar esta reflexão em dois debates: de um lado, as hipóteses presentes na literatura sobre tendências contemporâneas de reprodução das desigualdades sociais de bem-estar social e oportunidades em razão das conexões entre os processos de segmentação social e segregação residencial presentes nas grandes cidades e, de outro lado, com a discussão nacional a respeito da dimensão “racial” das desigualdades sociais.

Não pretendemos que a análise aqui empreendida seja considerada como demonstração da inexistência de relevância da variável “raça” na compreensão dos processos de produção e

reprodução das desigualdades sociais através dos mecanismos de distribuição territorial das pessoas, dos recursos e das oportunidades. Pretendemos, ainda de mais nada, que os resultados obtidos em nossa pesquisa chamem a atenção para a complexidade da questão. Com efeito, não encontramos sinais evidentes da sobreposição segmentação “racial” à diferenciação sócio-territorial na análise dos indicadores de desigualdades de bem-estar social e oportunidades. Os “brancos” e “negros” moradores dos espaços mais inferiores da hierarquia sócio-territorial parecem desfrutar igualmente de piores condições urbanas de vida que os moradores dos espaços superiores. Neste caso, a localização da moradia na estrutura urbana tem um papel mais fundamental do que a “raça” na explicação das desigualdades sócio-territoriais. A análise torna-se mais complexa no exame dos indicadores de oportunidades de vida. Para esta dimensão, encontramos sinais de relevância da “raça”, ou seja, a segmentação por cor ganha importância se comparada com a hierarquia sócio-territorial, isto é: a cor aumenta ou diminui as chances de reprodução da desigualdade social tanto os “brancos” quanto para os negros” em proporções maiores do que a localização residencial. Como são condições de vida fortemente influenciadas por contextos sociais constituídos por universos familiares e de vizinhança, tal fato pode significar que as históricas desigualdades sociais entre os grupos de cor na sociedade brasileira estejam articuladas com as decorrentes da formação de meios sociais urbanos pouco favoráveis ao aproveitamento de estruturas de oportunidades.

Bibliografía

Alvarez, Maria José- “Asentamientos irregulares em Montivideo: la desafiliación resistida”, Documento de Trabajo, Montivideo, Faculdade de Ciências Sociais- Universidad de la Republica.

Bidou-Zachariasen, C. (1996) “Classes populaires et classes moyennes en centre rénové, In Haumont, N. (org.) La Ville: agrégation et ségrégation sociales, L’Harmatan, Paris.

Bourdieu, P. (1997) “Efeitos do lugar”, In Bourdieu, P. (org.) A Miséria do Mundo, Rio de Janeiro, Editora Vozes.

Halsenbalg, C. (1979) Discriminação e desigualdades raciais no Brasil, Rio de Janeiro, Graal.

Katzman, R. (2001) “Aislamiento social de los pobres urbanos: reflexiones sobre la naturaleza, determinantes y consecuencias, Buenos Aires, SIEMPRO/UNESCO.

Santos, W. G. (1993) Razões da desorden, Rio de Janeiro, Rocco.

Silva, N.V. (1978) White-Nonwhite income differentials: Brasil, 1960, Ann Arbor: University of Michigan (Ph.D Dissertation).

Saravi, G. “Entre la evasión y la exclusión social: jóvenes que no estudian ni trabajan. Una exploración del caso argentino.”, Nueva Sociedad, número 190, Mar-Abr 2004.

Williamson, H. youth and Policy: Contexts and Consequences, Youg Men, Transition and Social Exclusion, Ashgate, Inglaterra, 1997.